

3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal na Apelação (O Nº 0333004-5) NPU: 0000537-60.2013.8.17.1240

APELANTE: BANCO BRADESCO S/A

APELADO: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

ACÓRDÃO

AGRAVO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. DESCONTOS EFETUADOS POR INSTITUIÇÃO BANCÁRIA EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE RETIRADOS. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. No caso em apreço, a instituição bancária efetuou descontos no benefício previdenciário da parte autora, referentes a empréstimo consignado não reconhecido por esta.
2. Não obstante a alegação de que o referido empréstimo foi livremente pactuado mediante a apresentação de documentos pessoais da demandante, o recorrente não colacionou aos autos o termo assinado do suposto contrato, tampouco trouxe prova de que o valor foi creditado na conta da autora.
3. Assim, o demandado não se desincumbiu do ônus de provar a licitude dos descontos.
4. Ante a injustificável falha na prestação de serviço pela instituição bancária, a recorrida faz jus a restituição em dobro dos valores indevidamente retirados.
5. Recurso não provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo na Apelação nº 03333004-5, em que figura como Agravante BANCO BRADESCO S/A e como Agravado MARIA DE FÁTIMA DA SILVA, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife,

29-1-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal na Apelação (O Nº 0333004-5) NPU: 0000537-60.2013.8.17.1240

APELANTE: BANCO BRADESCO S/A

APELADO: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo legal interposto pelo BANCO BRADESCO S/A contra decisão terminativa, proferida por esta relatoria, que negou seguimento ao recurso de apelação, com arrimo no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil e, por conseguinte, manteve irretocável a sentença imposta pelo juízo a quo, que condenou a instituição bancária a devolver em dobro as parcelas descontadas da autora.

Irresignada, o ente financeiro interpôs o presente recurso, repisando os mesmos argumentos defendidos em sede de apelação, alegando, em suma: a) que o contrato de empréstimo foi firmado mediante apresentação dos documentos pessoais do autor; b) que, caso se entenda que o contrato foi realizado por terceiro utilizando os dados pessoais do autor, a responsabilidade é deste, não havendo ato ilícito da instituição bancária; c) que agiu em exercício regular de direito.

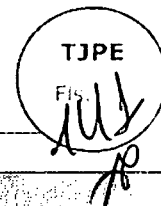
É o relatório.

Rejeito, 29-1-2014

B. Bueno

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal na Apelação (O Nº 0333004-5) NPU: 0000537-60.2013.8.17.1240

APELANTE: BANCO BRADESCO S/A

APELADO: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

VOTO

No caso em apreço, a parte autora afirma que foi surpreendida com descontos no seu benefício previdenciário, relativos a empréstimo consignado, realizados pelo recorrente, e juntou documento comprobatório dos referidos descontos, às fls. 22. Aduziu não ter ciência da existência deste negócio jurídico.

Por sua vez, o demandado, não obstante sua alegação de que houve apresentação de documentos pessoais do demandante quando da formação do pacto, sequer colacionou aos autos o termo assinado do suposto contrato. Tampouco trouxe prova de que o valor foi creditado na conta da autora. Portanto, não juntou documento hábil a certificar a licitude dos descontos.

Assim, forçoso reconhecer a indevida dedução efetuada pelo agente financeiro, uma vez que não comprovada por este a existência de relação jurídica.

Na mesma linha, já decidiu este Tribunal de Justiça:

APELAÇÃO CÍVEL. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM DANOS MORAIS. CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DESCONTOS INDEVIDOS NO BENEFÍCIO DA AUTORA. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. RISCO DO EMPREENDIMENTO. INDENIZAÇÃO. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Na hipótese dos autos, ante a alegação da parte autora de inexistência de contratação de empréstimo do banco, cumpria à instituição financeira a prova de que efetivamente ajustou negócio com o consumidor, ou, na hipótese de suposta ocorrência de fraude, que se cercou de todo cuidado recomendado; 2. É irrelevante para a configuração do dano que os fatos tenham se desenrolado a partir de conduta ilícita praticada por terceiro, circunstância que não exclui, por si só, o ônus da apelante; 3. O fato configura dano moral indenizável, sendo desnecessária a prova do prejuízo; 4. Quantum indenizatório fixado a título de compensação por dano moral segue mantido,

tendo em vista se apresentar de acordo com os parâmetros de fixação desta Corte; 5. Recurso improvido. Decisão Unânime.

(TJ-PE - Apelação: 215483120038170001 PE 0021548-31.2003.8.17.0001, Relator: Stênio José de Sousa Neiva Coêlho, Data de Julgamento: 21/11/2012, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 219, undefined)

Ademais, o que se observa, no presente caso, é que houve negligência na conduta da instituição financeira que realizou descontos não autorizados pelo autor. Houve falha na prestação de serviço por parte do banco. Dessa forma, acertada a determinação da sentença no sentido de restituir em dobro os valores indevidamente retirados da conta do autor, de acordo com o art. 42, parágrafo único, do CDC.

O STJ já consolidou o entendimento que a repetição em dobro do indébito, no âmbito consumerista, pode ser motivada não apenas na hipótese de má-fé da conduta do fornecedor, mas também em caso de conduta culposa deste. No caso em tela, o engano cometido pelo banco é injustificável, sendo hipótese de incidência do art. 42, parágrafo único do CDC. Neste diapasão, colhe-se o seguinte precedente:

CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CDCI ENGANO JUSTIFICÁVEL. NÃO CONFIGURAÇÃO. ART. 21 DO CPC. SÚMULA 211/STJ.

1. O Tribunal de origem afastou a repetição em dobro dos valores cobrados indevidamente a título de tarifa de água e esgoto, por considerar que não se caracterizou má-fé ou culpa na conduta da concessionária.

2. "Nos termos da jurisprudência da Segunda Turma, não se considera erro justificável a hipótese de 'dificuldade de interpretação e/ou dissídio jurisprudencial'. Precedentes: (...). No Código Civil, só a má-fé permite a aplicação da sanção. Na legislação especial, tanto a má-fé como a culpa (imprudência, negligência e imperícia) dão ensejo à punição do fornecedor do produto em restituição em dobro" (AgRg no REsp 1.117.014/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, j. 2.2.2010, DJe 19.2.2010).

3. No presente caso, o Tribunal a quo consigna expressamente que "a sanção explicitada no parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor somente é aplicável nos casos em que se verifique a ocorrência de engano injustificável do fornecedor ou prestador de serviços na cobrança dos débitos, hipótese que não se enquadra no vertente caso, em que se registra a existência de acentuada divergência no concernente a interpretação das disposições constantes no Decreto Estadual nº 21.123/83".

4. Inexistindo culpa da concessionária, inaplicável a condenação de devolução em dobro.

5. O Tribunal de origem não emitiu juízo de valor sobre o art. 21, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

6. Em conformidade com a orientação remansosa do Superior Tribunal de Justiça, caberia à parte, nas razões do seu Recurso Especial, alegar violação do art. 535 do CPC, a fim de que o STJ pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado, o que não foi feito.

7. Agravo Regimental da Casa de Nossa Senhora da Paz não provido; Agravo Regimental da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp parcialmente provido para afastar a aplicação do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor. (AgRg no REsp 1308651/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2013, DJe 17/05/2013)

Ante o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao agravo legal interposto, mantendo irretocável a decisão terminativa vergastada.

Recife, 21-1-2014

Bartolomeu Bueno
Relator

B. Bueno